

Revista de Literatura,
História e Memória

Dossiê Visões e revisões da
Guerra Civil Espanhola na
literatura

ISSN 1809-5313

VOL. 8 - Nº 12 - 2012

UNIOESTE / CASCAVEL

P. 37-57

CAMPO DE SANGUE: A GUERRA CIVIL ESPANHOLA EM *O ANO DA MORTE* *DE RICARDO* *REIS* DE JOSÉ SARAMAGO.

ROANI, Gerson Luiz (UFV) I

RESUMO: Em *O Ano da Morte de Ricardo Reis* de José Saramago, o questionamento da verdade dita histórica acentua-se nas passagens narrativas que abordam o quadro espanhol de 1936. A narrativa focaliza os episódios que conduziram à Guerra Civil Espanhola, como uma espécie de encruzilhada do século XX. O romance de Saramago oferece um panorama convincente, doloroso e vivido do que foi um das maiores convulsões histórico-políticas da civilização. A escritura de Saramago enfatiza o imaginário da destruição de uma Espanha e de um povo com a liberdade anulada.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Civil Espanhola, José Saramago, História, Literatura.

ABSTRACT: In José Saramago's *The Year of the Death of Ricardo Reis*, the questioning of the truth called historical is highlighted in the narratives which focus the Spanish scenario of 1936. The narrative deals with episodes which led to the Spanish Civil War, as a kind of crossing of the twentieth century. Saramago's novel offers a convincing and painful panorama about one of the biggest historic-political convulsions of civilization. Saramago's writing emphasizes the imaginary of the destruction of a Spain and a people with its freedom annulled.

KEYWORDS: Spanish Civil War, José Saramago, History, Literature

O Ano da Morte de Ricardo Reis é uma obra exemplar para o estudo da interlocução entre a Literatura e a História. A singularidade dessa narrativa reside, por um lado, no fato de que o heterônimo pessoano, Ricardo Reis, já existe de modo exterior ao texto romanesco, como ficção vinculada ao universo da poética pessoana. Tal figura possui, assim, uma constituição semelhante à de uma personagem histórica que a ficção saramaguiana reinventa no âmbito de um romance contemporâneo. Entretanto, esse espaço anterior à confecção da narrativa literária é o da heteronímia, do intrigante desdobramento pessoano em múltiplos autores, no qual Ricardo Reis é um nome de autor fictício, encobrindo algumas características, morais, físicas e artísticas. No romance de José Saramago, o "seu" Ricardo Reis consiste numa revisitação,

ou se quisermos, numa reficcionalização de uma personagem de ficção já existente e bem conhecida na História da Literatura Portuguesa. Todavia, é nessa reficcionalização que o diferencial se instaura marcando, ao mesmo tempo, a semelhança e o distanciamento (Cf. ROANI, 2006, p. 62-80). Isto é, o romancista contemporâneo inventa um âmbito histórico para a ação e circulação efetiva dessa personagem, movimentando um primoroso conjunto de dados e elementos históricos auridos no jornal português *O Século*, o periódico de maior circulação em Portugal nas primeiras décadas do século XX.

Segundo Maria Inês Peixoto Bertoquini (1999), as notícias jornalísticas são elementos imprescindíveis para a transfiguração da História pelo romance. Sob esse prisma, a apropriação das notícias consiste num dos pontos nodais da arquitetura narrativa e funciona como um elemento de imposição do real. Considerando esta intencionalidade, as manifestações da imprensa escrita promovem a emergência, na tessitura romanesca, não só daquilo que pertence à ordem do sabido, da História identificada com o poder estabelecido e que ganhou uma perpetuação escrita. Esses textos possibilitam-nos, sobretudo, a irrupção daqueles pequenos e grandes pormenores que fazem essa mesma História assumir uma conformação diferente dos anais ou dos registros correntes e oficiais, pois, como ensinou Benjamin (1994, p. 223), “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser perdido para a história”. Nesse processo de fazer a crônica ou de historiar o que foi silenciado e esquecido, a Ficção promove a assunção de vozes marginais, críticas, irônicas e problematizadoras da História.

O processo de revisitação da História operacionalizado pelo romance de José Saramago, mas, principalmente, o questionamento da verdade dita histórica, acentua-se naquelas passagens romanescas que abordam o quadro espanhol, nesse conturbado ano de 1936. Nesse processo, a narrativa ficcional focaliza os episódios que conduziram à Guerra Civil da Espanha, como uma espécie de encruzilhada do século XX. Apesar das várias revisitações artísticas do tema em várias literaturas, no caso da Literatura Portuguesa, faltava uma obra que com veemência crítica se mostrasse revisitadora dos relatos históricos sobre esse episódio².

O romance de Saramago vem, na nossa opinião, de algum modo, suprir essa lacuna, oferecendo-nos um panorama convincente e, extremamente vivido do que foi uma das maiores convulsões histórico-políticas de toda a trajetória humana, valorizando, sobretudo, a intervenção da classes banidas do poder decisório, que não deixavam já que o poder fosse decidido unicamente entre grupos de políticos e militares que disso tradicionalmente se encarregavam, representando setores reacio-

nários da classe dominante.

Durante séculos, os grandes senhores da Espanha possuíam quase tudo e os pequenos, quase nada. Os primeiros em sua totalidade desprezavam os segundos, aos quais, quando muito, davam durante parte do ano trabalho mal pago (3 pesetas diárias quando o quilo do pão custava 1 peseta). Isso era, em verdade, uma esmola. Havia caridade, mas nitidamente de cima para baixo, marcando bem as distâncias entre as classes. A Igreja era numerosa e poderosa, abençoava e presidia a esse estado de desigualdades e de exceção. A Igreja era um inimigo muito próximo, pois era o principal agente disseminador de uma mentalidade quase medieval ainda reinante, associada à idéia da grandeza e da unidade de uma Espanha Imperial, cujos ideais obsoletos continuavam a servir à hierarquia social e às forças conservadoras. Isso explica os atentados contra o patrimônio eclesiástico e os vários massacres de religiosos cometidos por adeptos da República e por anarquistas.

Esses abismos num mundo ainda medieval abriam possibilidades perigosas, fazendo com que as camadas baixas (camponeses, pequena burguesia, pequenos comerciantes e operários) depositassem esperanças imensas na República e nas suas propostas de reforma agrária, autonomia e separação definitiva entre Igreja e Estado. A Espanha pululava de potencialidades perigosas e revolucionárias que, em julho de 1936, concretizaram-se como um incêndio devastador (Cf. JACKSON, 1973).

No dia 14 de abril de 1931, após as eleições do dia 12, foi proclamada a 2ª República espanhola, na seqüência de um período muito conturbado pelos regimes ditatoriais e semi-ditatoriais monárquicos, os quais não solucionaram o grande desequilíbrio estrutural da sociedade espanhola e que afetava a esfera social, regional, religiosa e política. A calma não se instalou na Espanha com a proclamação desse segundo momento de vida republicana, porque as reações da direita conservadora aos vários governos liberais foi freqüente e o embate de forças agravou-se (Cf. CORTÁZAR; VESGA, 1997, p. 385-431).

Em 1933, José António Primo de Rivera cria o movimento da Falange Espanhola, pronunciando um discurso repleto de apelos à Pátria, à unidade, incitando à dissolução dos partidos políticos e, inclusive, apelando à violência em defesa dos princípios propagados por esse órgão paramilitar, cujas divisas eram "España, Una, Grande y libre", "Arriba España", "Por la Pátria, el pan y la justicia". Vários partidos e agrupamentos foram fundados para concorrer ou influenciar as eleições espanholas de 1935 e de 1936. Isso expressa que as forças políticas eram instáveis e a oscilação entre forças esquerdistas e direitistas não tardaria a mergulhar a Espanha no caos. Para as eleições, formaram-se duas frentes: o grupo de direita formado pela Falange, pelo CEDA e pelo Bloco Nacional de Calvo Sotelo e, contra essas agremiações, a

Frente Popular, que reunia partidos de esquerda de vários quadrantes e que acabou vencendo as eleições.

A Frente Popular viu-se com dificuldades de formar governos e o clima de hostilidades entre direitistas e esquerdistas culmina no assassinato de Calvo Sotelo em 13 de julho de 1936. As hostilidades se intensificam até que em julho ocorre o pronunciamento dos generais rebeldes no Marrocos e que se estende ao resto da Espanha, tentando invalidar o governo socialista de Madri, mediante um golpe militar (CORTÁZAR; VESGA, 1997, p. 410-411).

No desdobramento da luta que faria a Espanha cair na guerra civil, Portugal teve um papel decisivo. O sistema político português tinha consciência de que era inadmissível a coexistência de dois regimes diferentes na Península Ibérica. A esquerda espanhola vitoriosa e apoiada pelas camadas populares representava uma ameaça à ideologia totalitária portuguesa. Dessa forma, estimulou-se, em Portugal, a conspiração e o apoio aberto aos revoltosos, liderados por Franco, conforme registra Fernando Rosas ao descrever as aproximações entre o salazarismo e o franquismo:

A Espanha republicana, ou a Espanha da esquerda republicana, fora, entre 1931 e 1936, a base logística do reviranhismo anti-salazarista. A vitória eleitoral da Frente Popular em fevereiro de 1936 deixava, pois, adivinhar o pior. Praticamente desde aí, Portugal, Lisboa, o Estoril, tornam-se a retaguarda da conspiração das direitas espanholas contra a República. Com o início do pronunciamento, e através de um apoio multiforme, o Governo português desempenharia um papel estratégico vital. (ROSAS, 1996, p. 869)

Os jornais portugueses são pródigos em informações sobre a situação do país vizinho, descrevendo a vida espanhola como a mais sinistra possível. Tal pintura da situação hispânica deve levar em conta a posição contrária do regime português em relação ao governo esquerdista espanhol e, também, a censura coibidora da prática noticiosa. A ajuda portuguesa incluiu, inclusive, o envio de voluntários para lutar nas frentes nacionalistas. Segundo Rosas (1986, p. 869), Salazar almejava consolidar o seu próprio poder, neutralizando uma possível ameaça comunista: "A guerra civil corresponde ao período de maior crispação fascizante e repressiva do Estado Novo. O comunismo torna-se, a partir de então, a "grande heresia", o inimigo principal".

Saramago, no romance em questão, nos transmite a visão ou transfiguração desse acontecimento que fez irromper na Espanha uma sanha sanguinária. A

caligrafia romanesca exprime a impressão acerca desse momento de destruição, enfatizando o imaginário da destruição de uma Espanha e de um povo com a liberdade estilhaçada. A leitura do romance saramaguiano estimula a consciência de que é impossível não se impressionar pelas descrições da dor, do grito reprimido, da destruição cega e cruel, da explosão, da morte cega, dos pesadelos trazidos pela hedionda guerra civil.

No fragmento subsequente, o narrador comenta a “vertigem” e o “descolamento interior”, experimentados por Ricardo Reis, protagonista romanesco, ao tomar conhecimento abrupto do movimento rebelde, na Espanha. Tais comentários narrativos acerca da recepção pela personagem da deflagração da guerra civil, que dividiria o país vizinho, apontam para valores e convicções reisianas que são questionadas, postas em xeque, ou mesmo liquidadas, em um indivíduo que chegou a pensar que as hostilidades da política europeia jamais redundariam em uma conflagração bélica efetiva. Ao liquidar essas certezas frágeis da personagem, uma Espanha caminhando entre espingardas apontava para um porvir sombriamente trágico para a Península Ibérica. Mas não são os possíveis efeitos nefastos do conflito que estão unicamente no centro da percepção do personagem Ricardo Reis. Há um dado que incomoda visivelmente Ricardo Reis e que consiste na consideração do golpe como uma tentativa fascista de apropriação do poder político em terras hispânicas. Embora se identifique com o espírito conservador que impulsionou o golpe das facções de direita, a rotulação de fascista melindra sensivelmente o aristocrático médico, que nunca assume posição alguma em relação aos desdobramentos políticos e que subitamente vê o mundo ibérico se dividir em socialistas e fascistas. Diante dessa divisão ideológica radical, a personagem tergiversa e prefere convencer-se de que o conflito não passa de uma “simples” disputa entre monárquicos e republicanos pelo poder:

Ricardo Reis deve ter sido o último habitante de Lisboa a saber que se dera um golpe militar em Espanha. Ainda com os olhos pesados de sono, foi à escada buscar o jornal, do capacho o levantou e meteu debaixo do braço, voltou ao quarto bocejando, mais um dia que começa, ah, este longo fastídio de existir, este fingimento de lhe chamar serenidade, Levantamento do exército de terra espanhol, quando este título lhe bateu nos olhos Ricardo Reis sentiu uma vertigem, talvez mais exatamente uma impressão de descolamento interior, como se de súbito tivesse caído em queda livre sem ter a certeza de estar o chão perto. Acontecera o que se devia ter previsto. O exército espanhol, guardião das virtudes da raça e da tradição, ia falar com a voz das armas, expulsaria os vendilhões do templo, restauraria o altar da pátria, restituiria à

Espanha a imorredoura grandeza que alguns seus degenerados filhos haviam feito decair. Ricardo Reis leu a notícia brevíssima, em página interior encontrou um telegrama atrasado, Receia-se em Madrid um movimento revolucionário fascista, esta palavra incomodou-o subtilmente, é verdade que a notícia vinha da capital espanhola, onde tem assento o governo de esquerda, percebe-se que usem uma linguagem assim, mas seria muito mais compreensível se dissesse, por exemplo, que se levantaram os monárquicos contra os republicanos, dessa maneira saberia Ricardo Reis onde estavam os seus, que ele próprio é monárquico, como estamos lembrados, ou é altura de recordar, se esquecidos (SARAMAGO, 1984, p. 371).

De acordo com o excerto, as páginas dos jornais lusitanos trataram a empresa do exército rebelde comandado por Franco, Goded e outros reacionários como a força redentora de uma Espanha subjugada pela “ditadura vermelha”. O discurso jornalístico destacado pelo romance apela para o texto bíblico, comparando o governo socialista legalmente estabelecido e legitimado pelas eleições de fevereiro como um grupo de vendilhões, que, mais cedo ou mais tarde, seria expulso do templo sagrado da Pátria espanhola. O exército rebelde, composto, em sua grande maioria, pelos contingentes espanhóis do Marrocos, é revestido de epítetos messiânicos: “guardião das virtudes da raça e da tradição”, cujo fim supremo era restaurar o “altar da pátria”, aniquilada e destruída pelo inimigo vermelho.

A direita espanhola encontrou um intenso apoio de Portugal, que ligou-se à facção rebelde amotinada. O apoio lusitano aos revoltosos e ao golpe aplicado no governo legítimo fica posto, através das notícias sobre os refugiados espanhóis, adeptos do antigo regime espanhol, que encontram abrigo seguro em Portugal e, a partir do exílio, começam a ajudar a resistência fascista contra as forças democráticas. No romance, a narração registra esse apoio através das reiteradas menções aos ricos espanhóis exilados que ocupam o Hotel Bragança e lotam o balneário do Estoril, como se estivessem de férias, além das menções ao papel do Rádio Clube Português e à criação de uma milícia, o Tércio, com o fim de combater a ameaça comunista ao lado das tropas nacionalistas e salvadoras do tirano Franco:

Há novidade, É que de repente entraram-me três famílias espanholas duas de Madrid e uma de Cáceres, vem fugidas, Fugidas, Sim, por causa de terem os comunistas ganho as eleições, Não foram os comunistas, foram as esquerdas, É tudo o mesmo, Mas vêm mesmo fugidas, Até os jornais falam disso, Não reparei. A partir de agora já não o poderá dizer. Ouvia falar castelhano por detrás das portas, não que se tivesse

posto à escuta, mas a sonora língua de Cervantes chega a todo o lado, [...] Que era gente de dinheiro viu-se ao jantar, pelo modo como vestiam, pelas jóias que mostravam, elas e eles, uma profusão de anéis, botões de punho, alfinetes de gravata, broches, pulseiras, escravas, argolas, brincos, colares, fios, cordões, gargantilhas, misturando o ouro e os brilhantes com pinceladas de rubi, esmeralda, safira e turquesa, e falavam alto, de mesa para mesa, em alarde de triunfal desgraça, se faz sentido reunir palavras tão contrárias num conceito só. Ricardo Reis não encontra outras para conciliar o tom imperioso e o lamento vingativo, diziam, Los rojos e torciam injuriosamente os lábios. [...] a locutora do Rádio Clube lê um telegrama enviado por antigos legionários portugueses da quinta bandeira do Tércio, saudando os seus camaradas que estão no cerco de Badajoz, arrepia-se-nos a espinha com a marcial linguagem, o fervor ocidental e cristão, a fraternidade das armas, a memória dos feitos passados, a esperança num porvir radioso para as duas pátrias ibéricas, unidas no mesmo ideal nacionalista (SARAMAGO, 1984, p. 387):

A rebelião dos militares espanhóis é comandada pelo general Francisco Franco, que servia no Marrocos, então um protetorado espanhol. As tropas marroquinas são deslocadas para o território da Europa continental, procurando fazer frente aos socialistas, os vermelhos. As notícias veiculadas pelos jornais são contraditórias e, na maior parte das vezes, favoráveis aos amotinados, que, ao deflagrarem o golpe, conseguem arregimentar em torno de si as facções ultra-católicas da sociedade espanhola, que consideravam o governo socialista um agente disseminador do espírito secular e ateu. Isso é percebido na ironia do narrador saramaguiano ao comentar que o avanço franquista é feito em nome de Deus e sob a égide da Virgem do Pilar, cuja missão seria esmagar o mal representado pelos esquerdistas. Paradoxalmente, essa santa missão é empreendida com milícias marroquinas, compostas por soldados de religião islâmica e não católica:

[...] as colunas motorizadas avançam sobre Madrid, o cerco está consumado, o assalto final será uma questão de horas. Diz –se que já não há governo na capital, mas igualmente se diz, sem reparar na contradição, que o mesmo governo que não existe decidiu autorizar os membros da Frente Popular a levantarem as armas e as munições de que precisarem. Contudo, é apenas o estertor do demônio. Não tarda que a Virgem do Pilar esmague sob os seus cândidos pés a serpente da malícia, o crescente da lua levantar-se-á sobre os cemitérios da iniquidade, já estão desembarcando no sul da Espanha milhares de soldados marroquinos, com eles, ecumenicamente, restabe-

leceremos o império da cruz e do rosário sobre o odioso símbolo do martelo e da foice (SARAMAGO, 1984, p. 374):

A adesão da política portuguesa à iniciativa golpista de Franco fica evidente na publicação de uma entrevista realizada pelo *O Século* com o caudilho espanhol, cuja voz revela a convicção no caráter salvador do motim. O jornal destaca como mote da sublevação militar o reestabelecimento da ordem política que os republicanos, (marxistas) segundo Franco, estavam pondo em perigo, por terem colocado como prioridade política o partido esquerdista e não a realidade maior da pátria espanhola. Como se vê pelo fragmento, o eco de uma ideologia triunfalista não está ausente do discurso imoral do general que, ao vincular a desordem espanhola à ascensão das facções socialistas, não corresponde à verdade, pois o estado caótico em que a sociedade espanhola se encontrava era muito mais o fruto de séculos de política corrupta, preconceituosa e inoperante do que de alguns poucos meses de administração republicana:

O general Franco fala ao “Século”

Tanger, 24. – O general Francisco Franco, chefe da revolução espanhola, concedeu hoje uma entrevista ao representante do Século, no seu quartel general de Tetuão. [...] Ao terminar, afirmou com energia: - Queremos a ordem dentro da nação! Aí tem a nossa divisa! Queremos o sentido da pátria, acima dos partidos. Queremos a supressão de toda ingerência moscovita na vida espanhola. No que se refere ao movimento, posso garantir que ele se desenrola de conformidade com o plano que tracei. Nenhuma dificuldade especial se levantou, na nossa frente. [...] Agora, a nossa vitória já não deve oferecer dúvidas a quem quer que seja

(*O Século*, Lisboa, 25 de julho de 1936, p. 1).

Na altura do golpe militar, a Espanha era um dos únicos países europeus que tinha resistido ao fascismo, já plenamente estabelecido em nações como Portugal, Itália e Alemanha. No caso espanhol, Franco seria o principal agente do estabelecimento definitivo do espírito fascista no território espanhol. Para isso, explorou a agressividade latente e excitável em qualquer ser humano. Isso torna-se ainda mais operacionalizável, em tempos de crise e insegurança, nos quais arranjam-se bodes expiatórios para justificar a violência para consolidação do sistema que quer chegar

ao poder. Foi assim que a perseguição e aniquilação dos adversários políticos, principalmente os socialistas e comunistas, consistiu no principal alvo do fascismo peninsular, como se depreende da entrevista de Franco ao *Século*.

Ora, o narrador romanesco diminui o processo espanhol de salvação comandado por Franco como pode ser percebido pelo fragmento ficcional, transcrito na seqüência. Como se poderá perceber, a narração é construída em torno do aproveitamento do mesmo texto jornalístico veiculador do discurso do general espanhol, no qual pondera sobre os efeitos desastrosos do avanço bolchevista pela Europa e que, na Espanha, estaria próximo do estertor final, graças a sua ação interventora.

O romance de Saramago dá ao discurso do futuro ditador que, nos anos seguintes, não receou em impor à Espanha o terror organizado, a imagem maléfica, brutal e ilegítima que efetivamente lhe corresponde. Sutilmente, a narração aproxima e enlaça a postura de Ricardo Reis dos jornais e do próprio Franco em torno da necessidade do reestabelecimento da ordem. Isso fica posto na reiteração narrativa de que os "espíritos afins se aproximam" por relações de comunhão de interesses e de semelhanças ideológicas:

Les beaux esprits se rencontrent, dizem os franceses, gente sobre todas arguta. Falara Ricardo Reis da necessidade de defender a ordem, e agora veio declarar o general Francisco Franco, em entrevista ao jornal *O Século*, português, Queremos a ordem dentro da nação, e este foi o mote para que o dito periódico escrevesse em grande título, A obra de redenção do exército espanhol, por esta maneira se demonstrando como são cada vez em maior número, senão inúmeros, os beaux esprits, daqui a poucos dias fará o jornal a insinuante pergunta, Quando se organizará a Primeira Internacional da Ordem contra a Terceira Internacional da Desordem, os beaux esprits já estão reunidos para dar a resposta. Não se pode dizer que ela não esteja em princípio, os soldados marroquinos continuam a desembarcar, constituiu-se uma junta governativa em Burgos, e é voz corrente que dentro de horas deverá dar-se o choque final entre o exército e as forças de Madrid. E não deveremos atribuir significado especial ao facto de a população de Badajoz se ter armado para resistir ao assalto iminente, ou atribuamos-lhe apenas significado bastante para podermos admiti-lo àquela discussão sobre o que seja ou não o povo. Ladeando as ignorâncias de Lídia e as evasivas de Ricardo Reis, aqui armaram-se homens, mulheres e crianças, armaram-se de espingardas, de espadas, de mocas, de foices, de revólveres, de punhais, de cacetes, deitaram mão ao que havia, talvez por ser esta a maneira de armar-se o povo, e se tal for o caso, então logo ficamos a saber o que é o povo e onde e que o povo está,

o mais, se me dão licença, não passa de debate filosófico e desigual (SARAMAGO, 1984, p. 376).

Observe-se, porém, que de acordo com a narração, a empresa rebelde comandada por Franco não usufrui de toda essa unanimidade que os jornais destacam em suas páginas, através de manchetes que, dia a dia, descrevem avanços e vitórias dos nacionalistas amotinados sobre os marxistas. Em oposição ao monologismo desse discurso oficial, a narração dá voz à resistência daqueles indivíduos e populações que se posicionaram contra o avanço das milícias fascistas. É o caso da menção enfática à resistência da cidade de Badajoz, cidade espanhola próxima à fronteira com Portugal, cuja população resistiu ao cerco militar imposto pelas tropas franquistas e foi barbaramente aniquilada, quando os rebeldes conquistaram a cidade. A resistência de Badajoz ilustra bem a luta entre os princípios democráticos e ditatoriais na Espanha desse tempo.

Como se percebe, o narrador não esconde a sua vinculação ou compromisso com uma ideologia diversa daquela proposta pelo fascismo e para revelar tal posição vale-se da barulhenta adesão de Miguel de Unamuno, escritor espanhol, às milícias rebeldes. Tal adesão foi amplamente divulgada pelos jornais portugueses como se pode perceber pela matéria selecionada:

A Guerra Civil em Espanha-

“Salvemos a civilização Ocidental!” – Brada D. Miguel de Unamuno

Salamanca, 30.- (madrugada) D. Miguel de Unamuno, o prestigioso sábio republicano, deu a sua calorosa adesão ao movimento nacionalista do Exército. Os revolucionários pediram-lhe que ocupasse o cargo de presidente do “ayuntamiento” desta cidade, o que ele aceitou. [...] pronunciou o seguinte discurso pela rádio:

Devo dizer ao povo espanhol que me considero, neste momento, aqui, um elemento de continuidade. [...] Ultimamente refugiei-me na minha missão universitária. Mas afastei-me em face do eclodir das ruins paixões que afundavam a Espanha na anarquia e na vergonha. Com essas paixões, a mentalidade popular envenenou-se, rebaixou-se e afundou-se no lodaçal das mais cruéis teorias. Agora, ao ser chamado de novo, pelo povo, sigo-o para servir a Espanha e para mais alguma coisa. É que quando ouço, como brados de libertação e de independência espiritual, os “vivas” à Espanha, penso que

existe algo ainda mais alto. A Espanha não é só dos espanhóis. É da humanidade civilizada. Portanto, o nosso dever é salvar a civilização cristã que corre perigo. Aqui me tendes, homens da Espanha! Aqui tendes um velho, que está pronto porque ama a Espanha, a retomar sobre os seus ombros, já sem o vigor físico de outrora, o peso de uma luta que enobrece! Eu vi os povos dos campos entregues, em parte, às sugestões de delinquentes, anistiados ou não, ou de doidos, o que é pior ainda. Vi a juventude educada no ódio, no rancor, na confusão delirante de supostas idéias. É preciso que nos levantemos, a esclarecer isto. Aqui, tendes pois, o velho. Salvemos a civilização ocidental.

O Século, Lisboa, 31 de julho de 1936, p. 2.

Unamuno foi uma das mais prestigiadas figuras da cultura espanhola daquele tempo. Além de escritor renomado, foi catedrático da Universidade de Salamanca e, em tempos anteriores ao golpe, deputado da Assembléia Nacional espanhola. Em seu discurso, o velho pensador apela para um processo de salvação, não só da Espanha, mas de toda civilização ocidental, posta em perigo pela circulação de idéias transformadoras que, no entender de Unamuno, identificam-se com “ruins paixões” e “cruéis teorias”, em suma, o marxismo, que tentava pôr fim à civilização cristã. A posição de Unamuno é contraditória, pois esse filósofo, dotado como poucos de clarividência acerca de sistemas e posturas ideológicas, não atentou ou não quis compreender, nesse momento, a própria dinâmica da História, a qual fazia emergir no cenário espanhol “essa confusão delirante de supostas idéias” e que era muito mais do que uma mera luta entre cristãos e ateus, mas sintoma de uma reestruturação social incontornável desejada por uma maioria e negada por uns poucos detentores do poder e, como se veria, das armas. Essa apresentação da vinculação de Unamuno ao golpe franquista encontra uma conformação irônica na voz do narrador que veicula uma ideologia contrária à que orientou a ação do escritor espanhol:

[...] porque nesse tempo um certo homem, amado e respeitado por alguns de nós, e digo já o seu nome para vos poupar o esforço da adivinhação, esse homem, que se chamou Miguel de Unamuno e era então reitor da Universidade de Salamanca, não um rapazinho da nossa idade, catorze, quinze anos, mas um venerável velho, septuagenário, de longa existência e longa obra, autor de livros tão celebrados como *Del sentimiento trágico de la vida*, [...] esse homem, farol de inteligência, logo nos primeiros dias da guerra, deu a sua adesão à Junta Governativa de Burgos, exclamando, Salvemos a civilização ocidental, aqui me tendes, homens de Espanha, estes

homens de Espanha eram os militares revoltosos e os mouros do Marrocos, e deu cinco mil pesetas do seu bolso a favor do que já então era chamado exército nacionalista espanhol, [...] em verdade direi que valeu a pena ter vivido Miguel de Unamuno o tempo suficiente para vislumbrar o seu erro, só para o vislumbrar, porque não o emendou por completo, ou por ter vivido pouco mais tempo, ou para proteger, com humana cobardia, a tranqüilidade dos seus últimos dias. (SARAMAGO, 1984, p. 378-379)

O escritor espanhol aderiu à causa errada e sua ação intelectual teria sido extremamente benéfica se aderisse às forças legítimas. Considere-se, no entanto, o que tínhamos exposto anteriormente acerca da postura do narrador em relação às respostas dadas pelas personagens às solicitações da História. Isto é, o narrador confere-lhes uma trajetória marcada pela abertura. Dessa forma, elas possuem a possibilidade de modificar, inclusive, as suas próprias opções ideológicas. O narrador menciona como exemplo para aqueles que se deixaram seduzir pelo ideal do autoritarismo, que o escritor Miguel de Unamuno aderiu à causa de Franco, mas no final da vida, mostrou-se vexado e arrependido.

Isso efetivamente acontece em outubro de 1936, tempo no qual Ricardo Reis não mais viverá, pois preferirá ingressar na morte, acompanhando Fernando Pessoa, após saber do massacre da marinha portuguesa, em 8 de setembro desse ano. Sobre esses trágicos acontecimentos que se avizinhavam e, também, sobre o arrependimento de Unamuno conversam Fernando Pessoa e Ricardo Reis, quando este último sente pesar a atmosfera por causa da situação espanhola e, conseqüentemente, a sua impossibilidade de reação perante a brutalidade desse contexto. Essa indefinição faz Reis procurar Pessoa no alto do Cemitério dos Prazeres:

Que faz você por aqui tão cedo, meu caro Reis, não lhe bastam os horizontes do Alto de Santa Catarina, o ponto de vista do Adamastor, e Ricardo Reis respondeu sem responder, Por este mar que daqui vemos, vem navegando um general espanhol para a guerra civil, não sei se você sabe que começou a guerra civil em Espanha, E depois, Foi-me dito que esse general, que se chama Milan d'Astray, há de encontrar-se um dia com Miguel de Unamuno, gritará Viva la muerte e ser lhe há respondido, E, depois, Gostaria de conhecer a resposta de Don Miguel, Como quer que lha diga, se ainda não aconteceu, Talvez o possa ajudar saber que o reitor de Salamanca se colocou ao lado do exército que pretende derrubar o governo e o regime [...] O mais que posso fazer é admitir uma hipótese, Qual, Que o seu reitor de Salamanca respon-

derá assim há circunstâncias em que calar-se é mentir acabo de ouvir um grito mórbido e destituído de sentido viva a morte este paradoxo bárbaro repugna-me o general Milan d'Astray é um aleijado não há descortesia nisto Cervantes também o era infelizmente há hoje em Espanha demasiados aleijados sofro ao pensar que o general Milan d'Astray poderia fixar as bases duma psicologia de massa um aleijado que não tenha a grandeza espiritual de Cervantes procura habitualmente encontrar consolo nas mutilações que pode fazer sofrer aos outros, Acha que ele dará essa resposta, De um número infinito de hipóteses, esta tem de ser uma, [...] (SARAMAGO, 1984, p. 384).

Efetivamente, quatro meses após a deflagração dos tristes acontecimentos da guerra civil espanhola com sua avalanche de mortos, de incêndios e destruições e de sanha sanguinária de ambos os lados da contenda, Unamuno vislumbrou o erro cometido, quando de sua adesão à junta revolucionária franquista, mas já era tarde. Observe-se que a narrativa saramaguiana cerca de uma aura indefinida as palavras de arrependimento de Unamuno, pois o futuro não é acessível a Fernando Pessoa, apesar da sua condição de morto e, porque, temporalmente, Ricardo Reis não chegaria a tomar conhecimento da fala do velho filósofo espanhol. Apesar dessa dúplice limitação, tanto de Fernando Pessoa, quanto de Ricardo Reis, a narração coloca na voz de Pessoa a convicção de que calar-se é mentir e de que não posicionar-se diante desse espetáculo da morte, não é uma simples omissão, mas um crime muito grave.

Seja como for, o fragmento romanesco é construído mediante o aproveitamento do discurso verdadeiramente proferido por Unamuno, em 12 de outubro de 1936, em uma solenidade comemorativa do "Festival da Raça", no salão de honra da Universidade de Salamanca. Em meio às autoridades fascistas e depois de alguém gritar a divisa guerreira do general Milan D'Astray: "Viva la muerte!", Unamuno corajosamente quebrou o protocolo e proferiu as palavras que puseram fim à cerimônia e que, depois correram o mundo após a publicação do ocorrido pelo jornal francês *Le Petit Parisien*. Depois desse ato, Unamuno recebeu ordens para ficar recluso em casa e só não foi preso por causa da repercussão internacional que isso teria. Morreu amargurado e arrependido, em dezembro de 1936, após o governo franquista determinar a destruição de todos os livros perigosos por "medida de saúde pública". Essa adoção de uma velha e arbitrária medida inquisitorial foi grave demais para um homem que havia vivido para os livros e com eles (Cf. THOMAS, 1964, p. 49-50).

O descortinar do arrependimento não impede que o narrador critique asperamente o velho reitor da Universidade de Salamanca. O narrador mostra-se infle-

xível ao ignorar as motivações que teriam levado o escritor espanhol a fazer crer que tinha aderido à causa do ditador espanhol. Unamuno era um espírito atormentado, que sempre recusou ideologias políticas, e que foi tragicamente consciente do fato de que a dignidade humana foi, é e será permanentemente posta em causa pelo próprio ser humano. Isso não impressiona o narrador, que se limita a considerar a célebre resposta a Milan d'Astray como um insuficiente arrependimento tardio. Javier Alfaya comenta, ao estudar os ecos espanhóis nos romances de Saramago, que Miguel de Unamuno representa, na narrativa, o símbolo de um certo grupo de intelectuais liberais que se viu enredado num conflito entre idéias, palavras e o próprio espírito. A insegurança diante da revolução o faz recuar e vai apoiar-se naquilo que representa a ordem, isto é, a facção golpista (ALFAYA, 1993, p. 25).

Mesmo diante de todas essas convulsões experimentadas pela próxima Espanha, Ricardo Reis se abstém de tomar posição, tecer opiniões ou fazer julgamentos sobre esse sinistro quadro de acontecimentos, mas adota uma postura de tácita e tranqüila aceitação do que é veiculado pela imprensa. A representação ficcional dessa atitude é provocativa em relação ao leitor, pois o narrador exige uma visão crítica dos acontecimentos. Apela para a cumplicidade do leitor, o qual deve ser despertado e, mais ainda, posicionar-se ante a passividade e o conformismo da alienada personagem.

O narrador impõe ao leitor uma distância que pretende anular qualquer atitude contemplativa da realidade, a qual torna-se desprezível porque a ameaça da catástrofe iminente não permite ao indivíduo permanecer um espectador neutro. Nessa direção, colocamo-nos em contato com um narrador que se assume enquanto tal e esboça, ao longo do texto, uma linha ideológica muito definida, fazendo intervenções, comentando direta ou indiretamente os acontecimentos de forma irônica, amarga e sarcástica. A instância narradora assume uma dialética segundo a qual, tanto o discurso dos regimes ditatoriais, quanto o do próprio Reis é usado para agir criticamente sobre o próprio discurso. O fato de enraizar a narração no presente permite ao narrador não só analisar o passado de forma crítica, mas antecipar o futuro e as intervenções diretas possibilitam entrever a sua postura ideológica. Isso fica posto, por exemplo, no comentário anterior sobre a defesa de Badajoz, na qual a população local se engaja ou ao criticar os democratas do futuro que se defendem com a ignorância do passado.

A eclosão da Guerra Civil espanhola impõe a Ricardo Reis a necessidade de se preocupar um pouco, como chega a comentar o narrador. Para isso, a personagem adquire uma telefônica da marca *Pilot* para ouvir as notícias da guerra. A revolução espanhola avança e chegam ecos do bombardeamento da cidade de Badajoz, reduto

de resistência aos militares golpistas:

Aviões revoltosos bombardearam Badajoz

Elvas. 12. (Pelo Telefone). – O dia de hoje foi de extraordinário pavor para Badajoz e para as terras que lhe ficam próximas. De manhã, quatro aviões "Junkers" voaram sobre a cidade e lançaram mais de cinqüenta bombas de grande potência, as maiores que até agora ali caíram. Não se descreve o pavor da população. Centenas de famílias, aterrorizadas, fugiram para Portugal, trazendo o que puderam. [...] Por informações vindas por diversas vias, espera-se que Badajoz se renda dentro de algumas horas.

O Século, Lisboa, 13 de agosto de 1936, p.7.

A menção à destruição da cidade oferece ao leitor um dos conjuntos de páginas mais intensas e comoventes de toda a obra saramaguiana, nas quais são postos, com toda evidência, os reacionários valores do Doutor Reis, principalmente a sua indiferença. Em resposta a essa impassibilidade, irrompe a voz da criada Lídia, que chora copiosamente a sorte da população de Badajoz, cuja obstinada rejeição do golpe militar julga positiva. Claro está que a posição de Lídia é um prolongamento ou fruto da comunhão fraternal e, nesse caso, ideológica, com o seu irmão Daniel, marinheiro comunista, que serve no navio militar português Afonso de Albuquerque. O posicionamento de Lídia é, na verdade, ingênuo, pois desconhece a dinâmica profunda, impulsionadora dos acontecimentos políticos ibéricos. Apesar dessa limitação, a narração vale-se da identificação de Lídia com a gente de Badajoz para expressar uma tensão entre a resistência à tirania e ao seu discurso ardiloso com a tácita aceitação de um quadro de notícias que a imprensa, através dos jornais e do Rádio, faz circular como verdadeiros:

Assim está Lídia, que tendo feito a sua parte de ligeira e graciosa, junta às preocupações que lhe dá Ricardo Reis as más notícias que vêm de Espanha, más segundo o seu modo de entender, que é coincidente com o de seu irmão Daniel, como temos visto. E ouvindo anunciar na telefonia que Badajoz foi bombardeada, começa a chorar ali mesmo como uma madalena, estranha atitude a sua, se a Badajoz nunca foi se não tem lá família nem bens que com as bombas possam ter sofrido, [...] (SARAMAGO, 1984, p. 387).

No excerto, o narrador enfatiza a sua própria limitação em entender a chorosa manifestação de Lídia, diante do bombardeamento de Badajoz. Todavia, o que poderia parecer, numa primeira mirada, um simples aspecto de delineamento do foco narrativo, assume um alcance maior, pois instaura o confronto entre as convicções que movem o agir da criada Lídia e o do Doutor Reis. Nesse confronto, Ricardo Reis demonstra curvar-se ou submeter-se às informações que os jornais fazem circular e, em oposição a essa postura subserviente e acomodada, Lídia limita o alcance e a veracidade do enunciado jornalístico:

Mas Ricardo Reis, ao mesmo tempo que, com um carinho desajeitado, ajuda Lídia a enxugar as lágrimas, vai argumentando, tentando trazê-la ao redil da sua própria convicção, e repete as notícias lidas e ouvidas, Estás tu aí a chorar por Badajoz, e não sabes que os comunistas cortaram uma orelha a cento e dez proprietários e depois sujeitaram a violências as mulheres deles, quer dizer, abusaram das pobres senhoras, Como é que soube, Li no jornal, e também li, escrito por um senhor jornalista chamado Tomé Vieira, autor de livros, que os bolchevistas arrancaram os olhos a um padre já velho e depois regaram-no com gasolina e deitaram-lhe o fogo, Não acredito, Está no jornal, eu li, Não é do senhor doutor que eu duvido, o que o meu irmão diz é que não se deve fazer sempre fé no que os jornais escrevem, Eu não posso ir a Espanha ver o que se passa, tenho de acreditar que é verdade o que eles me dizem, um jornal não pode mentir, seria o maior pecado do mundo, O senhor doutor é uma pessoa instruída, eu sou quase uma analfabeta, mas uma coisa eu aprendi, é que as verdades são muitas e estão umas contra as outras, enquanto não lutarem nunca se saberá onde está a mentira, E se é verdade terem arrancado os olhos ao padre, se o regaram com gasolina e queimaram, Será uma verdade horrível, mas o meu irmão diz que se a igreja estivesse do lado dos pobres, para os ajudar na terra, os mesmos pobres seriam capazes de dar a vida por ela, para que ela não caísse no inferno, onde está, E se cortaram as orelhas aos proprietários, se violaram as mulheres deles, Será outra horrível verdade, mas o meu irmão diz que enquanto os pobres estão na terra e padecem nela, os ricos já vivem no céu vivendo na terra, Sempre me respondes com as palavras do teu irmão, E o senhor doutor fala-me sempre com as palavras dos jornais. Assim é. (SARAMAGO, 1984, p. 387-388).

Ricardo Reis se limita a reproduzir a ideologia impregnadora do que leu. Não há qualquer esforço da personagem para decantar as notícias transmitidas pelos meios de comunicação oficial, como se não percebesse a ação da censura imposta à imprensa e as contradições resultantes desse crivo coercivo. O jornal configura-se

como a verdade única, na qual quer acreditar a todo custo. Contrariamente à musa inspiradora do heterônimo, a inefável Lídia, esta outra Lídia analisa, questiona e quer saber a verdade, recusando-se a “sentar-se” placidamente “à beira-rio” para junto com a voz que a convida “assistir ao espetáculo do mundo”: “Vem sentar-te comigo, Lídia, à beira do rio. / Sossegadamente fitemos o seu curso e aprendamos/ Que a vida passa, e não estamos de mãos enlaçadas.[...]” (PESSOA, 1994, p. 256-257).

Os contatos de Lídia com a guerra espanhola são mediados, através da voz implícita do marinheiro Daniel, metonímia da resistência diante do regime salazarista e a circulação de idéias subversivas entre a classe militar. No romance saramaguiano, a imprensa revela-se como o principal mecanismo de valorização do sistema de valores que ocupou o poder. Com base nisso, os comentários contrastam com o que era enunciando pelos órgãos da imprensa. Semelhante à postura do narrador, devem ser consideradas as posturas da criada Lídia e, através dela, do marinheiro Daniel, cujas vozes revelam a clandestinidade correndo paralela ao discurso oficial:

E tu, perguntou Ricardo Reis, que pensas tu da Espanha, do que lá se está a passar. Eu não sou nada, não tenho instrução, o senhor doutor é que deve saber, com tantos estudos que fez para chegar à posição que tem, acho que quanto mais alto se sobe, mais longe se avista, Assim em cada lago a lua toda brilha, porque alta vive, O senhor doutor diz as coisas dum maneira tão bonita, Aquilo em Espanha estava uma balbúrdia, uma desordem, era preciso que viesse alguém pôr cobro aos desvarios, só podia ser o exército, como aconteceu aqui, é assim em toda a parte, São assuntos de que eu não sei falar, o meu irmão diz, ora, o teu irmão, nem preciso de ouvir falar o teu irmão para saber o que ele diz, Realmente, são duas pessoas muito diferentes, o senhor doutor e o meu irmão, Que diz ele, afinal, Diz que os militares não ganharão porque vão ter todo o povo contra eles, Fica sabendo, Lídia, que o povo nunca está de um lado só, além disso, faz-me o favor de me dizeres o que é o povo, O povo é isto que eu sou, uma criada de servir que tem um irmão revolucionário e se deita com um senhor doutor contrário às revoluções. (SARAMAGO, 1984, p. 375).

A leitura romanesca evidencia um Ricardo Reis distanciando-se e não se envolvendo com o âmbito dos acontecimentos políticos. Apesar disso, a personagem vai tomando contato com um discurso dissonante em relação ao da imprensa, como é o caso do discurso de Lídia, que veicula as idéias subversivas da oposição política, representada por Daniel e que se cristaliza no dito de que “As verdades são muitas e estão umas contra as outras” (SARAMAGO, 1984, p. 388). Trata-se, como se vê,

de uma voz que relativiza o grau de fidedignidade das fontes de informações do Doutor Reis. No universo narrativo, Lídia é uma personagem “ex-cêntrica”, marginalizada e periférica em relação à História. De um lado, ela representa aquelas figuras marginalizadas pela Historiografia oficial. Por essa razão, enfatiza a voz dos excluídos e dos silenciados, contribuindo para uma nova visão dos acontecimentos que a Ficção resgata e reescreve. Por outro lado, essa personagem apresenta uma constituição marcada por uma grande excentricidade no que se refere às ações e comportamentos que a caracterizam como original, abnegada, incomum, especial, diferente de outras personagens do meio, pois é portadora de uma “diferença definida pela contextualização ou posicionamento em relação à pluralidade dos outros”(HUTCHEON, 1991, 96). Lídia identifica-se com aquelas personagens que Huchtheon (1991, 84-103) define como “ex-cêntricas”, valorizadoras da “diferença em e por si”, exprimindo uma atitude diferente, crítica, alienígena e desafiante em relação à mentalidade e à ideologia vigente.

Segundo a lição de Adriana Alves Martins (1994, p. 44-45), a personagem Ricardo Reis vai adquirindo conhecimentos que o acabam “integrando” numa realidade conformada pelos jornais, a qual é questionada pela visão de Lídia, portavoza de um mundo clandestino. Este aspecto da fabulação narrativa faculta ao leitor e a este vivente da época de 1936, que é Reis, ter mais do que uma visão dos fatos.

Essa clandestinidade correndo paralela ao discurso oficial fica igualmente posta no tratamento ficcional dado à rendição de Badajoz e, na sua seqüência, ao hediondo massacre da população, que corajosamente defendera a sua cidade do avanço franquista e proclamara a legalidade do governo popular estabelecido em Madri.

Ao pesquisarmos os jornais sobre esse tempo, constata-se a inexistência de qualquer referência à solução final decretada pelos franquistas em relação aos habitantes de Badajoz que apenas se defenderam. Existem menções ao avanço sobre Badajoz e a conseqüente vitória das tropas rebeldes, mas não aparecem referências ao massacre cometido na Praça de Touros da cidade. Nesse sentido, a ficção romanesca de Saramago preenche vazios e reabilita pela voz comovida do narrador esse trágico episódio que paira como uma nódoa sobre a recente história peninsular e que foi omitido durante a vigência das ditaduras peninsulares e só recentemente reabilitado pela imprensa, pela História e pela Ficção.

Assim, a narração destaca que sobre esse acontecimento Ricardo Reis só soube o que veicularam os seus jornais portugueses. Em suma, nada foi dito. Em oposição a esse silêncio, o narrador apela para a atmosfera das touradas para configurar minimamente o sangrento episódio, pois é preciso não esquecer o que se passou em Badajoz. Tanto na Espanha, quanto em Portugal, a tourada é a festa popular

por excelência. Viva, colorida, vibrante, bem ao gosto da passionalidade peninsular *la fiesta* é, porém, adulterada pelas ações dos revolucionários de Franco, que, com requintes de crueldade, fuzilam os habitantes de Badajoz rendidos. Essa festa faria jus ao grito de Milan D'Astray: "Viva la muerte!", misturando "sangue e areia":

Badajoz rendeu-se. Posta em ruínas pelos continuados bombardeamentos, partidas as espadas, embotadas as foices, destrocados os cacetes e mocas, rendeu-se. O general Mola proclamou Chegou a hora do ajuste de contas, e a praça de touros abriu as portas para receber os milicianos prisioneiros, depois fechou-se, é a fiesta, as metralhadoras entoam olé, olé, olé, nunca tão alto se gritou na praça de Badajoz, os minotauros vestidos de ganga caem uns sobre os outros, misturando os sangues, transfundindo as veias, quando já não restar um só de pé irão matadores liquidar, a tiro de pistola, os que apenas ficaram feridos, e se algum veio a escapar desta misericórdia foi para ser enterrado vivo. De tais acontecimentos não soube Ricardo Reis senão o que lhe disseram os seus jornais portugueses, [...] (SARAMAGO, 1984, p. 391).

O comando franquista estabeleceu em relação a Badajoz o julgamento sumário de todos os que opuseram resistência. A tomada da cidade representava uma importante vitória de Franco, pois isolava o governo legítimo de um ponto fronteiro com Portugal. Os habitantes que resistiram à rendição, mesmo que desarmados, foram fuzilados na praça de touros, no dia 15 de agosto e seguintes. Como menciona Hugh Thomas (1964, p. 297), a Praça de Touros era o local óbvio para a execução, pois não ficava distante da praça principal onde estavam os habitantes rendidos e o número de mortos jamais será conhecido.

Mesmo que esse episódio sangrento tenha sido omitido pelo discurso de uma imprensa comprometida com o poder, ao narrador essa omissão cruel não escapa e, com a onisciência que lhe é característica, supre pela ficção o que os jornais deliberadamente silenciaram, como se esse episódio representasse a culminância de todos os horrores que, a partir daí, seriam feitos. Como se pode perceber, a denúncia de tal situação e de outras semelhantes serve de motivo para uma exploração dialógica deliberadamente instaurada pelo narrador, a qual é percebida por Teresa Cristina Cerdeira da Silva (1989, p. 106) nos seguintes termos: O narrador não constitui uma voz única do saber, sobretudo porque, democraticamente, esse lugar é concedido muitas vezes a outras vozes que se expõem controvertidamente: propaganda política, textos de jornal, literatura panfletária, discurso do poder.

Nessa perspectiva, a História que o narrador reconstitui e reescreve, a partir de dados que são de conhecimento comum, contribui, para esse modo especial de fazer a ficção romanesca, como é o caso da narrativa saramaguiana. Revisita-se o passado, não nostálgicamente, mas com aquela dose de crítica e de intervenção que Linda Hutcheon destaca (1991, p. 122-123):

Naturalmente, é a essa mistura do histórico e do fictício e a essa adulteração dos fatos da história consagrada que Jameson se opõe. Porém, esse é principal meio de fazer com que o leitor se conscientize sobre a natureza específica do referente histórico. Também não existe conflito entre essa reconstrução/construção histórica e a política do romance; na verdade, elas se apóiam mutuamente. Se de fato Doctorow utiliza a nostalgia, ela sempre se volta ironicamente contra si mesma e contra nós”.

Esse é um dos trajetos percorridos pela obra romanesca ao dialogar com esses textos noticiosos de 1936, que, mesmo omitindo ou adulterando a realidade histórica, servem como instrumental ou fonte de reescrita para aquela voz que tem efetivamente consciência de que a História sempre nos chega como discurso marcado pelo signo da parcialidade e que a visão (sempre subjetiva) da Historiografia não origina uma única História possível.

NOTA

1 Professor Adjunto de Literatura Portuguesa da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Literatura Comparada pela UFRGS. É docente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFV.

2 Acerca da representação da Guerra Civil Espanhola na Literatura Portuguesa, merece destaque o estudo: SANTOS, Maria Isabel Rodrigues Nunes.

A Guerra Civil de Espanha na Literatura Portuguesa.

Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1996. 157 p. (Dissertação de mestrado em literatura e cultura portuguesas). A autora menciona alguns escritores, tanto prosadores, quanto poetas portugueses que se volveram para o tema mencionado: Miguel Torga, em

A criação do mundo

, Orlando Neves com

Morte em Campo de Ourique

, José Saramago com O Ano da morte de Ricardo Reis. No que tange aos poetas cabe mencionar

Jorge de Sena, Orlando de Carvalho, Carlos de Oliveira, Álvaro Feijó e José Ferreira Monte, José Gomes Ferreira e Egito Gonçalves.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I – Magia e Técnica – Arte e Política**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTOQUINI, Maria Inês Peixoto. **Ricardo Reis e a história: morte, vida ou ressurreição?** Porto: Universidade do Porto – (Dissertação de mestrado em Estudos Portugueses e brasileiros), 1999.

CAMPELO, Juril do Nascimento. A ficção da ficção em O ano da morte de Reis. **Revista Letras**, Curitiba, n. 34, p. 43, 1985.

CORTÁZAR, Fernando Garcia de; VESGA, José Manuel Gonzáles. **História da Espanha – Uma breve história**. Lisboa: Presença, 1997.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo. História. Teoria. Ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JACKSON, Gabriel. **A república espanhola e a guerra civil – 1931-1939**. Lisboa: Europa-América, 1973. (2 volumes)

JORNAL “O Século, Lisboa, dezembro de 1935 a setembro de 1936.

PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994.

ROANI, Gerson Luiz. **Saramago e a escrita do tempo de Ricardo Reis**. São Paulo: Scortecci Editora, 2006.

ROSAS, Fernando. **Dicionário de história do Estado Novo**. Lisboa: Estampa, 1996.

SANTOS, Maria Isabel Rodrigues Nunes. **A Guerra Civil espanhola na Literatura Portuguesa**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1996. 157 p. (Dissertação de mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa)

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil espanhola – Vol II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 49-50.